

A Violência Sexual

A violência Sexual consiste em importante agravo de Saúde Pública, sendo definida por qualquer ação onde uma pessoa obriga outra pessoa a praticar qualquer tipo de sexo ou a participar de alguma maneira (BRASIL, 2014). Dessa forma, está contida no rol da lista de agravos e doenças de notificação compulsória, de acordo com a Portaria nº 204 de 17 de Fevereiro de 2016. (BRASIL, 2016)

Sendo assim, a Vigilância dos casos de Violência Sexual tem por objetivo identificar e monitorar os casos notificados, possibilitando a caracterização e avaliação do perfil de vítimas acometidas e dos prováveis agressores, com o intuito de identificar os fatores de risco e proteção associados ao acometimento das vítimas, bem como o manejo adequado dos casos ocorridos a partir dos encaminhamentos na rede de atenção. (BRASIL, 2014)

A análise dos dados referentes aos casos ocorridos oportuniza a avaliação da magnitude do problema e de seu comportamento, evidenciando as problemáticas relacionadas ao assunto e possibilitando o desenvolvimento de estratégias de otimização do serviço. (BRASIL, 2014)

Estudos apontam para a representatividade da grande parte dos casos de violência sexual relacionada à crianças, na faixa etária de 12 anos ou menos principalmente (MONTEIRO; et al, 2008; APOSTOLICO; et al, 2012; BAPTISTA; et al, 2008), do sexo feminino e com número significativo de agressões por conhecidos, em evidência os pais e padrastos (APOSTOLICO; et al, 2012; BAPTISTA; et al, 2008)

Sendo assim, é de suma importância a análise contínua e sistemática dos dados referentes aos casos de violência sexual, no sentido de conhecer e evidenciar a população vulnerável visando a melhoria do atendimento das vítimas e oportunizando evidências para a elaboração de estratégias de atenção, promoção e prevenção em saúde.

Referências Bibliográficas

- APOSTOLICO, M. R. et. al. Características da violência contra a criança em uma capital brasileira. Rev. Latino-Am. Enfermagem. Artigo Original. v. 20, n. 2. [08 telas] mar.-abr. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/lae/v20n2/pt_08> acesso em 22 Junho 2016.
- BAPTISTA, R. S. et. al. Caracterizaçã,o do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinelas. Acta Paul Enferm. v. 21, n. 4, p. 602-8. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/lape/v21n4/a11v21n4>> acesso em 22 junho 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Disponível em: http://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc_tec/outros/DNC2016_NAC_Port204
- 205_17022016_Monitoramento_Unidades_Sentinelas.pdf>. Acesso em: 22 Junho 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigilância Interpessoal/Autoprovocada. Guia de Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. - Brasília :Ministério da Saúde, 2014.812 p.
- MONTEIRO, C. F. S. et al . Violência sexual contra criança no meio intramobildade atendidos no SAMVVIS, Teresina, PI. Rev. bras. enferm., Brasília , v. 61, n. 4, p. 459-463, Aug. 2008 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672008000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Junho 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672008000400010>.

INFORMATIVO

EPIDEMIOLÓGICO HCFMB

Nº02/2017



NHE
HC - FMB - UNESP

Vigilância Epidemiológica Hospitalar- HC/FMB

- A Vigilância Epidemiológica é o conjunto de ações que proporciona o conhecimento, detecção e prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos. (Lei 8.080/90).

- Em 23/11/2004 foi criada a Vigilância Epidemiológica Hospitalar, que tem como finalidade principal o aperfeiçoamento da vigilância por meio da ampliação da rede de notificação e investigação de doenças transmissíveis e outros agravos de notificação compulsória no país.

- O Núcleo Hospitalar de Epidemiologia do HC UNESP foi criado em Outubro de 2004, está entre os mais importantes NHE do Estado de São Paulo. É responsável pela identificação e notificação dos agravos de notificação compulsória, orientação técnica sobre as ações de controle de doenças e agravos, detecção precoce de surtos e epidemias, detecção e investigação de casos de óbito fetal, infantil, materno e mulher em idade fértil, e ainda por detecção e investigação de óbitos por doenças infecciosas.

- Viso que a notificação compulsória é de obrigatoriedade para todos os profissionais de saúde de acordo com o Art 3º da Portaria MS/GM nº 204 de 17 de fevereiro de 2016, contamos com a colaboração de todos os profissionais de saúde do HC-FMB.

Equipe:

- Aline M A Gardinalli – Médica
- Ara Laura Medeiros – Médica
- Erica M. Cardozo - Enfermeira
- Ivana R. Gonçalves – Enfermeira
- Ilanara Martins - Enfermeira
- Larissa M. S. M. Amphilo – Técnica de Enfermagem
- Leticia C. Lastória - Médica
- Mariana S. Dias- Enfermeira
- Meire T. Yamamoto - Enfermeira
- Raquel Pinheiro – Oficial Administrativo
- Coordenação : Ilida de Godoy -

Centro de Referência de Imunobiológicos Especiais

O Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunizações, iniciou a implantação dos Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais (CRIE's) em 1993, sendo que atualmente conta-se com 38 CRIE's no Brasil. Com os CRIE's passou-se a investir mais na aquisição de imunobiológicos de moderna tecnologia e alto custo, com o intuito de beneficiar uma parcela especial da população. O CRIE do Hospital da Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu foi criado em 2005 com o objetivo de facilitar o acesso da população de sua área de abrangência aos imunobiológicos especiais, respeitando os critérios e protocolos pré-estabelecidos pelo Manual dos CRIE's, contando com 75 municípios de sua área de abrangência.

Os Objetivos dos CRIE's:

-Facilitar o acesso da população com doenças e condições que podem ter necessidades de vacinas não contempladas no Programa Nacional de Imunizações;

-Investigar, acompanhar e elucidar os eventos adversos à vacinação;

- Proporcionar imunização às pessoas com intolerância a algum componente vacinal ou de imunização passiva.

As indicações dos imunobiológicos especiais:

Pacientes imunodeprimidos; Motivos biológicos; Convívio contínuo com pessoas imunodeprimidas; Indicação aos imunobiológicos comuns; Exposição inadvertida a agentes infecciosos.

Os imunobiológicos especiais:

As vacinas:

- V Poliomielite Inativada
 - V. Hepatite A
 - V. Influenza Sazonal
 - V. Pneumococo (Pr23)
 - V. Haemophilus Influenzae B
 - V. Triplice acetular (DTPa)
 - V. Meningococo conj. C (Mncc)
 - V. Dupla Infantil (DI)
 - V. Febre Tifóide (em falta)
 - V. Varicela
- As imunoglobulinas:
- Imuno. Antidifária
 - Imuno. Anti rábica
 - Imuno. Hep B
 - Imuno. Varicela
 - Imuno. Palivizumabe.

Avaliação do Sistema de Vigilância de Violência Sexual em Hospital de Referência

Introdução: A avaliação do sistema de vigilância de casos de vítimas de violência sexual possibilita a identificação de problemas relacionados ao alcance de seus objetivos, subsidiando o aprimoramento do serviço.

Objetivo: Avaliar sistema de vigilância dos casos de vítimas de violência sexual, adotando indicadores propostos pelo Center for Disease Control: qualidade dos dados, oportunidade e simplicidade do sistema.

Métodos: Estudo descritivo, realizado em hospital terciário do interior paulista, com coleta de dados em 2014. A qualidade dos dados foi avaliada pela comparação de fichas de investigação preenchidas na rotina do serviço com fichas preenchidas por enfermeiras capacitadas; a oportunidade foi obtida pela verificação do tempo gasto para completar uma investigação e a simplicidade pela análise do conhecimento dos médicos em relação à indicação e ao momento ideal para a notificação de casos.

Resultados: Entre os anos de 2012 e 2014, a concordância dos dados das fichas comparadas aumentou em 25,3%; quanto à oportunidade, a média do tempo decorrido da data do evento à notificação foi de 32,8 dias e, quanto à simplicidade, dentre os 147 médicos entrevistados, 81,0% sabiam o momento correto da notificação de casos e que esses eram de notificação.

Considerações Finais: O trabalho do núcleo de vigilância hospitalar estudado, quanto ao sistema de vigilância de casos de vítimas de violência sexual, tem produzido resultados satisfatórios para indicadores de oportunidade, bem como de qualidade dos dados. Sobre indicadores de simplicidade, apesar da maioria dos profissionais conhecer aspectos importantes de notificação de casos, ainda se evidencia a necessidade de capacitação dos mesmos.

Ano	Média percentagem de semelhança
2012	71,04%
2013	86,40%
2014	96,39%
Total	84,61%

Um paciente procura o Pronto Socorro, relatando ter sido estuprada pelo vizinho. Em que momento você notificaria o caso ao Núcleo de Vigilância Epidemiológica?

- a) No primeiro atendimento desse paciente **81%**
- b) Após confirmação do estupro
- c) Após a abertura do boletim de ocorrência
- d) Nda